

Bibliotecas digitais: uma nova perspectiva de valorização e acesso ao património cultural

Fernanda Maria Campos

Biblioteca Nacional
Campo Grande, 83
1749-081 Lisboa
Tel: 217982022
E-mail: fcampos@bn.pt

RESUMO

Na comunicação pretende-se abordar um conjunto de questões prévias à digitalização do património, na perspectiva da criação de bibliotecas digitais e da inerente disponibilidade de conteúdos na Internet. O ponto de vista adoptado é o de gestor ou curador das colecções e as áreas abordadas são: 1) - a selecção de colecções/conteúdos a digitalizar; 2) - os públicos-alvo; 3) - a propriedade intelectual.

O objectivo subjacente e expresso nesta comunicação é realçar a necessidade de cooperação e de desenvolvimento de projectos conjuntos (com outras bibliotecas, com arquivos e/ou com museus) por forma a permitir um acesso ao património cultural que seja, preferencialmente, visto como um todo e não como a soma das partes.

INTRODUÇÃO

O significado do termo “biblioteca digital” é menos óbvio do que à primeira vista parece. As palavras sugerem, em princípio, novas práticas para a gestão e uso da informação. Hoje em dia, o termo “biblioteca digital” apresenta-se, na literatura da especialidade, em especial na de origem anglo-saxónica, como o sucedâneo dos termos “biblioteca electrónica” e “biblioteca virtual”.

Há, no entanto, ainda alguma confusão e ambiguidade no uso dos três termos, sendo certo que a “biblioteca digital” é o mais utilizado na actualidade mas, considerando a semântica dos três termos (supostamente equivalentes), poderíamos considerar que

- Biblioteca electrónica, tem mais a ver com o suporte que permite o acesso aos conteúdos
- Biblioteca virtual, define-se do ponto de vista da colecção, pondo em evidência o contraste entre a colecção real normalmente pertença de uma determinada instituição e só disponível dentro dela e a colecção acessível estabelecida a partir da criação, recolha ou simples acesso a documentos digitais especialmente concebidos a partir de originais noutras formas ou já nascidos digitais, isto é, não disponíveis anteriormente noutras formas. Pode ser centralizada ou distribuída, ganhando neste último caso, um significado totalmente virtual.

- Biblioteca digital, apresenta-se como uma organização que engloba os conceitos de suporte e de colecção, anteriormente mencionados, e onde se providenciam os recursos, incluindo os de pessoal especializado para seleccionar, estruturar, oferecer acesso intelectual, interpretar, distribuir, preservar a integridade e assegurar a persistência a longo prazo das colecções de obras digitais por forma a serem fácil e economicamente disponíveis para utilização por uma determinada comunidade ou conjunto de comunidades.

Estas características referem-se, essencialmente, a três grandes funções :

- organizativas, que se referem, por um lado, à organização intelectual subjacente à colecção e, por outro lado, à distribuição de tarefas dentro da organização e estruturação da biblioteca digital
- tecnológicas, que dizem respeito ao sistema de computador no qual a colecção reside
- utilitárias, aqui tomadas como os serviços inerentes à utilização da biblioteca digital, ou seja, as formas de acesso, a navegabilidade, a rede de ligações hipertextuais, os formatos e as condições de uso da informação, como por exemplo, as possibilidades de impressão ou *download*.

A definição de “biblioteca digital” que atrás providenciámos pretende ser mais do que um simples enunciado de funções, oferecendo-se antes de mais, como um conjunto de requisitos funcionais para o desenvolvimento de bibliotecas digitais.

No contexto em que nos propomos falar é importante analisar esses requisitos que enunciámos – seleccionar, estruturar, oferecer acesso, interpretar, distribuir, preservar a integridade e assegurar a persistência de colecções digitais – no contexto das bibliotecas patrimoniais e tendo em conta a sua missão específica de salvaguarda e acesso à herança escrita.

BIBLIOTECA TRADICIONAL/BIBLIOTECA DIGITAL

A tecnologia digital representa, hoje em dia, uma possibilidade de promover o acesso ao património escrito

porquanto permite a produção de cópias dos documentos distribuíveis através de modernas tecnologias de comunicação. Antes de existirem estes métodos, só alguns privilegiados podiam ver os originais. No entanto, a existência de cópias digitais exactas aumenta as possibilidades de acesso e consulta, indefinidamente e – situação que com o original não era possível - em simultaneidade.

Estamos, pois, perante uma revolução que muitos consideram de igual impacto à da invenção da imprensa e que vem modificar, de forma radical e inusitada, o papel das instituições de salvaguarda, como é o caso das bibliotecas, e o sentido geral dos próprios trabalhos de investigação.

No primeiro caso, as instituições encontram na tecnologia digital a possibilidade de melhorar a acessibilidade ao património de que são garantes, ao mesmo tempo que preservam o original de um contacto que cedo ou tarde põe em perigo a integridade dos documentos. Por outro lado, e aqui reside um dos desafios que a tecnologia digital lança às bibliotecas, é nestas mesmas instituições que se podem também aceder a conteúdos que não sendo colecções proprietárias da biblioteca em questão, estão também elas disponíveis para acesso remoto ou por réplica, por exemplo, em CD-ROM. É o primeiro passo para uma nova missão estratégica que consiste em evoluir de uma política de colecção para uma política de acesso.

Quanto aos investigadores – principal alvo das instituições que dão acesso ao património escrito – a tecnologia digital e, sobretudo, o surgimento de técnicas e produtos que estimulam a integração e a interactividade num contexto multimédia, são confrontados com a necessidade de rever práticas de investigação e de caminhar para um sentido mais globalizante da utilização de conteúdos culturais.

As duas posições – das instituições de salvaguarda e dos utilizadores potenciais – devem ser tidas em conta em todos os programas e projectos que envolvam a digitalização de conteúdos e a sua acessibilidade.

CATEGORIAS DA INFORMAÇÃO DIGITAL

A informação digital está representada hoje nas bibliotecas por materiais que se inserem nas seguintes categorias:

- informação criada originariamente em formato digital;
- materiais digitais que são criados a partir da conversão de materiais impressos, fotográficos e manuscritos para formato digital, porque as instituições que têm responsabilidade sobre eles consideraram ser necessário preservar a informação e/ou torná-la mais amplamente acessível.

No primeiro caso, o documento que “nasce digital” é mais um suporte de informação que a biblioteca vai acrescentar às suas colecções e que deverá ser processado bibliograficamente como qualquer outro documento. No segundo caso, é criado um substituto digital para o

documento (ou documentos), a biblioteca tem um papel activo e voluntário no surgimento e assume-se como criadora de conteúdos. A “biblioteca híbrida” que, em simultâneo, dá acesso a informação em vários suportes, incluindo o digital, é o modelo para o qual tendencialmente a biblioteca tradicional tende a evoluir. A biblioteca, como criadora de conteúdos e não só mediadora de informação, é um valor acrescentado, uma nova missão que potencia a sua importância sócio-cultural.

Em qualquer destas circunstâncias, ao falarmos de informação digital estamos a considerar documentos estáticos e documentos dinâmicos. Os estáticos são aqueles que têm um formato digital definido que pode ser replicado em múltiplas cópias iguais. Entre os exemplos mais correntes estão os CD-ROM e o DVD.

Já os documentos dinâmicos não têm formato fixo, são acessíveis através de endereços para acesso em rede, com ou sem restrições. É o caso dos jornais ou revistas “online”.

O acesso a informação digital é, antes de mais, uma nova visão de uma biblioteca, talvez “virtual”, talvez “sem paredes”, mas onde, certamente, o conceito de leitor adquire outras funcionalidades e outros contextos. Descubramos, então, essas funcionalidades e contextos, caracterizando a informação digital coleccionada e produzida no âmbito das bibliotecas, dentro de um conjunto de parâmetros que são a flexibilidade, a durabilidade, a autenticidade, a acessibilidade e a selectividade.

CARACTERÍSTICAS DA BIBLIOTECA DIGITAL

Flexibilidade

Uma das mais importantes qualidades da informação em formato digital consiste no facto de não ser fixa pela sua própria natureza, ao contrário do que sucede com os textos impressos. Os textos digitais não são finais nem finitos nem são fixos, quer na essência quer na forma, excepto quando se faz uma cópia impressa, porquanto podem ser mudados facilmente e sem qualquer traço de emenda ou rasura. A flexibilidade é, pois, um dos grandes avanços da informação digital, permitindo ao criador do texto um enorme à vontade na produção mas, na perspectiva das bibliotecas que pretendem coleccionar um texto final e definitivo em si próprio, esta característica pode complicar o processo. Que versão do ficheiro se deve arquivar? Quantas existirão?

Durabilidade

Toda a informação registada, desde as pinturas nas cavernas até a um discurso videogravado, tem um determinado valor, ainda que temporário, senão não teria sido registada. Tudo aquilo que um criador pretende que tenha valor duradouro fica escrito num suporte mais ou menos durável e é entregue à custódia de agentes responsáveis. Outros pedaços de informação, tais como listas de compras ou facturas de serviços, são criados para

servir objectivos temporários e podem vir a ser deitados fora.

As bibliotecas e os arquivos são as instituições que garantem a durabilidade da informação, colecionando e tornando acessível a que tem valor a longo prazo. A durabilidade da informação digital é, no entanto, um factor de fraqueza, sobretudo na óptica das instituições patrimoniais. A verdade é que o acesso à informação escrita impressa apenas necessita que se saiba ler e que o texto esteja legível. Um ficheiro de computador necessita, para ser acessível, de *hardware* e *software*, os quais são desenvolvidos, muitas vezes, em ambiente proprietário e que, com enorme rapidez, ficam obsoletos, tornando assim a informação inacessível. Actualmente, a recuperação da informação registada num ficheiro de formato obsoleto e armazenado num suporte também obsoleto (como as antigas disquetes) é extremamente dispendiosa e não raro demorada, isto, claro está, se chegar a ser possível recuperá-la.

Mais importante até do que assegurar a durabilidade do suporte é a necessidade de assegurar a persistência dos dados passando-os sempre que necessário para novos ficheiros em formatos legíveis. As investigações que se desenvolvem nesta área crucial apontam para dois caminhos – a migração dos dados de uma configuração antiga para uma mais moderna e a criação de *software* que produza uma emulação de formatos obsoletos de codificação. A literatura sobre as vantagens e os inconvenientes de um e de outro método é abundante, as experiências vão-se multiplicando e aquilo que podemos afirmar com segurança, neste momento, é que a migração no caso da informação em formato não proprietário, como é o caso de um ficheiro ASCII, tem sido feita com sucesso. A emulação está, no entanto, a conquistar cada vez mais adeptos porque tem um valor mais probatório, ainda que seja mais complexa, dispendiosa e, nalguns casos, muito problemática em termos de resultados.

Autenticidade

A verdade é que a migração de um *software* para outro não produz um novo ficheiro exactamente idêntico ao antigo. Pode não haver perda de dados (ou do próprio conteúdo intelectual) mas o ficheiro foi mudado. Aliás, no ambiente da informação digital, é bastante difícil ter a certeza da autenticidade e integridade de uma imagem, de uma base de dados ou de um texto.

Não estamos a referir-nos apenas à alteração voluntária ou manipulação dos dados por forma a produzir um registo falseado de uma determinada realidade. No contexto das fotografias e dos filmes sempre se criaram situações ilusórias através da sobreposição ou da alteração do registo do “real” criando um outro tipo de “real”.

Estamos, sim, a reforçar o surgimento de uma noção de autenticidade relacionada com a informação digital e que não é a mesma que atribuíamos no contexto impresso ao original e às cópias, sobretudo porque o formato digital funciona praticamente como uma clonagem.

Na transferência de suporte ou na criação de uma cópia digital de um texto impresso ou manuscrito têm-se

aplicado métodos de marcação de imagens e, de qualquer modo, resta sempre um original com o qual a reprodução se pode comparar para garantir que não houve alterações de conteúdo. O problema da autenticidade neste caso de criação de cópias digitais tem mais a ver com algumas melhorias que se podem introduzir, na legibilidade dos textos, na limpeza de manchas, na nitidez do colorido, por exemplo, e que tornam aquela representação menos fiel no original mas mais acessível e sem alteração do conteúdo intelectual ou artístico.

Estas questões não são simples e só os contextos em que as bibliotecas digitais são criadas é que permitem definir com mais rigor se a melhoria experimentada pelas técnicas digitais é, em si própria, uma vantagem ou um inconveniente.

Acessibilidade

Os ficheiros digitais providenciam um acesso extraordinário à informação. Podem tornar o que está remoto rapidamente acessível e o que é dificilmente visível numa imagem de fácil reconhecimento. As cópias ou transcrições digitais permitem juntar materiais de investigação que estão espalhados por diversas instituições em todo o mundo que, desse modo, podem ser comparados e estudados, abrindo novos caminhos à investigação científica.

A tecnologia digital vem também revolucionar as estratégias de ensino na medida em que põe à disposição dos estudantes todos os tipos de materiais, incluindo imagens de documentos guardados em instituições patrimoniais – como manuscritos, livros raros, mapas, fotografias, registos musicais, imagens fixas e em movimento – para os quais lhes seria certamente muito difícil obter acesso.

Em muitos casos, a raridade e a fragilidade dos materiais digitalizados impossibilitam (ou pelo menos condicionam) o acesso aos originais. A cópia digital permite um acesso alargado e preserva também a manipulação que, quando persistente, compromete a conservação dos documentos. A tecnologia digital permite ainda, quando vista a imagem no ecrã, a possibilidade de aumentar pormenores ou de ver em simultâneo variantes da mesma imagem obtidas de outros documentos. Esta facilidade tem permitido novas teses sobre formas de escrita, datação de textos, técnicas de pintura, identificação de estilos ou autores que até ao presente, com a imagem vista a olho nu, eram absolutamente impossíveis.

A riqueza das colecções, sobretudo de colecções especiais, torna-se mais evidente através da sua digitalização. O cruzamento de informação proveniente de suportes tão diversos como o texto escrito, a fotografia, a imagem em movimento, permite a formação de “bibliotecas virtuais” que, de forma mais exhaustiva e rigorosa, põem à disposição dos estudantes e investigadores uma diversidade de testemunhos que, de outro modo, levariam muito tempo a recolher e que, sobretudo, nunca seriam apresentados de forma integrada.

Não obstante, a digitalização representa para as bibliotecas um aumento notório de preparação física dos materiais e de trabalho intelectual dos mesmos. É verdade que as colecções ou os documentos estão catalogados e que o valor dos seus conteúdos é conhecido; mas os catálogos existentes foram preparados para outro tipo de consulta e nem sempre têm todos os elementos que são necessários para o acesso em formato digital.

A criação de metadados intrinsecamente associados aos documentos electrónicos tem sido uma tarefa em franco desenvolvimento podendo hoje em dia, com a estabilidade dos 15 elementos do Dublin Core, estabelecer-se os fundamentos para uma recuperação automática da informação, seja ao nível do documento, seja ao da colecção.

Acresce que a digitalização é um processo dispendioso, sem contarmos que grande parte dos custos consiste na preparação dos materiais, incluindo muitas vezes o restauro ou limpeza de peças, as pesquisas para identificação de conteúdos e de imagens, a recolha de informação internamente ou noutras instituições, a preparação das estratégias de busca e do acesso à informação, quer através de metadados embebidos nas próprias páginas HTML ou da ligação a registos bibliográficos, quer através da criação de hiperligações que permitam outro tipo de acessibilidade entre documentos.

Os utilizadores dos *sites* das bibliotecas precisam e apreciam essa informação porque estão habituados a ter bibliotecários habilitados para a ajuda nas pesquisas. Esperam, por conseguinte, encontrar nos conteúdos *on-line* preparados por uma determinada biblioteca níveis elevados de funcionalidade dos objectos digitais.

Essa é uma das razões que leva as bibliotecas a empreenderem projectos de conversão digital, apesar dos custos. O objectivo ou missão primeira das bibliotecas é tornar as suas colecções mais acessíveis e, nessa medida, a utilização das tecnologias digitais surge como um factor de prossecução e melhoria no desempenho dessa missão.

Selectividade

Um desafio que se põe às bibliotecas quando empreendem um programa de digitalização é a selecção do que interessa digitalizar. Devem privilegiar-se os materiais mais raros e mais difíceis de consultar? Deve dar-se prioridade aos mais representativos em termos patrimoniais e relevantes para a cultura da nação ou da região? Deve atender-se em primeiro lugar aos que são mais solicitados na biblioteca? Todos estes critérios são válidos, consoante o tipo de bibliotecas, mas sobretudo tendo em atenção os objectivos que se pretendem alcançar com a digitalização.

Se o objecto digital vai substituir o original e o acesso se fará exclusivamente por ele, os critérios têm de combinar a raridade, a fragilidade e o valor do documento, um pouco como se faz quando se escolhem obras para microfilmarem com o fim de preservar o original.

Se a biblioteca pretende construir uma colecção virtual de informação sobre um tema, juntando informação provida de várias colecções, algumas até de outras instituições, então o princípio que preside é o mesmo, no fundo, que está presente quando o bibliotecário percorre catálogos de livreiros identificando obras a adquirir que venham completar ou tornar mais compreensível determinada colecção já existente.

Não há, pois, uma receita. O que existe são contextos que determinam escolhas. Quaisquer que sejam os critérios, importa ter sempre presente que tornar a informação disponível na Internet remove as barreiras de utilização a que damos tanta importância no acesso às colecções físicas. Determinados materiais mais sensíveis pelo seu conteúdo, documentos desenquadrados do seu contexto, obras sujeitas a *copyright* são, certamente, escolhas a desaconselhar, ainda que por razões diversas. Estabelecer critérios de selectividade baseados apenas na informação disponível no domínio público empurra as bibliotecas para selecções em que o valor intrínseco do conteúdo pode ser sacrificado, correndo-se o risco de criar no utilizador a ideia de que se não está na *Web* é porque não existe. O justo equilíbrio, guardando-se a observância dos direitos de autor quando associados ao documento, deve, pois, pautar a atitude do gestor. Não esquecer ainda a questão dos direitos das instituições detentoras dos conteúdos, especialmente em projectos de cooperação.

O desenvolvimento de critérios para seleccionar materiais deve ser um pressuposto de qualquer projecto de digitalização. Tendo em conta os custos elevados de tais projectos, a biblioteca deve sempre procurar equacionar o que é que vai ganhar com a digitalização e se o valor acrescentado equivale ou ultrapassa o preço. Dado que muitas bibliotecas com programas de digitalização têm vindo a tornar acessíveis os critérios de mais-valia que precederam a estratégia desenvolvida, é fácil aprender com os outros e retirar de experiências anteriores as vantagens e os inconvenientes, estabelecendo assim um conjunto de linhas orientadoras, independentemente do tipo e valor das colecções. Assim, a mais-valia da digitalização pode ser:

- melhoria das tarefas intelectuais da biblioteca e dos bibliotecários através da criação de novos instrumentos de busca, ligações a registos bibliográficos, criação de novos contextos catalográficos e de indexação através dos metadados e ainda desenvolvimento específico de índices e de outras ferramentas;
- utilização enriquecida das colecções através da possibilidade de pesquisas interactivas, manipulação de textos e imagens e do estudo de imagens antes dispersas e agora integradas em novos contextos;
- promoção de novas utilizações da informação, novas estratégias de pesquisa e estudo e, a prazo, novos utilizadores de colecções locais e/ou únicas;
- melhoria física da utilização através da qualidade de imagem, nos casos, por exemplo, de melhor legibilidade de documentos desvanecidos ou manchados;
- criação de uma “colecção virtual” através da

integração flexível e da síntese de uma variedade de formatos ou de materiais relacionados mas dispersos.

No entanto, nem os benefícios que a digitalização pode representar no contexto interno das tarefas biblioteconómicas nem a melhoria significativa no acesso global à informação são motivos suficientes para empreender um projecto de digitalização se não estiverem minimamente garantidos outros factores como a compatibilidade com outros recursos digitais de colecções de valor intelectual equivalente ou uma estratégia compreensiva de migração que garanta a utilização presente e futura dos ficheiros digitais. Sem esses cuidados subjacentes e sem uma visão de cooperação institucional que ultrapasse o mito da propriedade da colecção, os projectos de digitalização não serão mais que longos “cemitérios de imagens” constituídos para justificar a necessidade de modernização das instituições ou o dispêndio de umas verbas para as novas tecnologias.

A nível europeu têm-se vindo a apoiar iniciativas conjuntas numa perspectiva de *cross-domain*, agrupando bibliotecas, arquivos e museus, no sentido de criar conteúdos digitais relevantes, sobretudo a nível de património, para a cultura europeia. O acesso global à informação, consignado nos princípios da Sociedade da Informação, suporta abertamente este conceito de uma “cultura para todos” ou de um “património comum”.

Na prática, oferecem-se abundantes oportunidades de utilizar as novas tecnologias digitais para criar “bibliotecas” onde, de forma centralizada ou distribuída, se possibilita o acesso a documentos e testemunhos patrimoniais, dispersos por várias instituições e por vários países, normalmente por razões históricas e que, quando disponibilizados numa colecção virtual, adquirem um valor cultural suplementar, proporcionam aos estudiosos facilidades de comparação e de acesso não existentes anteriormente e ajudam a criar no público em geral, nomeadamente entre os estudantes, uma noção mais abrangente do valor e do sentido do termo “património cultural”.

CONSTRUIR UMA BIBLIOTECA DIGITAL PATRIMONIAL: MODELOS E PRÁTICAS DE COOPERAÇÃO

A construção de uma biblioteca digital patrimonial, se se pretende escolher conteúdos dispersos dentro das colecções de uma biblioteca ou incorporando conteúdos existentes noutras instituições é, pois, uma decisão oportuna que necessita para alcançar o seu principal objectivo – o acesso amplo ao património – de:

- um modelo de execução
- tecnologias e recursos humanos e financeiros disponíveis
- uma necessidade evidente em termos culturais
- um público-alvo
- um posicionamento aberto face à cooperação institucional.

É difícil tomar cada ponto individualmente, uma vez que a decisão sobre o “modelo de execução”, por exemplo, tem de ser o resultado da escolha do público-alvo ou da disponibilidade de recursos ou do tipo de necessidade que se pretende cobrir com o produto a criar. No entanto, quando se decide sobre o modelo da biblioteca digital a criar, as questões a ponderar são:

- o formato final (na Internet, numa Intranet, em CD-ROM, em DVD)
- o contexto (estático ou finito, dinâmico e, nesse caso, a carecer de um modelo de actualização)
- o acesso (livre ou condicionado mediante *password*, pago ou gratuito, com condições específicas relativas a alguns conteúdos, interno se numa Intranet, externo se na Internet, individual se em CD-ROM)
- a permanência (centralizado num servidor, distribuído por vários necessitando então de um modelo de interoperabilidade)
- a manutenção (definir quem e como se garante a actualização e a persistência da informação digital, tendo em conta práticas normalizadas e modelos de depósito e de “refrescamento”, como a migração e a emulação)
- o conteúdo (a escolha dos formatos – impressos, manuscritos, imagens estáticas, imagens em movimento, som; a escolha intelectual para a qual devem participar bibliotecários e/ou arquivistas, investigadores especialistas e ainda *webdesigners*, de forma a encontrar os conteúdos mais relevantes, a catalogá-los, a definir os ecrãs de contexto ou de narrativa e a estabelecer os motores de busca e os formatos próprios de captura de imagem, visualização, impressão, *download*, etc.).

Quanto aos recursos tecnológicos, humanos e financeiros são, como atrás de referiu, o principal problema na génese da construção de bibliotecas digitais. O aproveitamento de eventos a comemorar, a participação em projectos de cooperação nacionais ou internacionais podem servir de ocasião para organizar bibliotecas digitais, sobretudo no âmbito do património, criando-se as sinergias necessárias para a execução do projecto que será tanto ou mais conseguido quanto corresponder também a uma oferta de âmbito cultural e às expectativas de um público-alvo.

Deixámos para o fim a dinâmica e a importância que a cooperação institucional representa para este tipo de projectos. Na verdade é um elemento estratégico fundamental. Os arquivos, as bibliotecas e os museus necessitam unir esforços para ultrapassar diferenças no tratamento da informação e diferentes estágios de utilização de novas tecnologias. A ligação das instituições ao nível nacional permite a resolução em comum de problemas infra-estruturais e cria possibilidades de sucesso pela comunidade linguística e de património. Já o lançamento de projectos a nível internacional permite um melhor desenvolvimento de estratégias comuns em domínios particularmente sensíveis como o dos direitos de autor, o da integração do sector privado nos desenvolvimentos tecnológicos e na eventual comercialização de produtos e o da criação de públicos

potenciais para os conteúdos digitais.

Divulgar e dar acesso ao património e relançar essa missão numa visão que se apoia na transição do património “em papel” para o mundo digital é o grande desafio que se coloca às instituições patrimoniais. Definindo estratégias e criando iniciativas, em cooperação, permitirá às bibliotecas, arquivos e museus ajudar a construir um quadro em que os diferentes elementos de uma comunidade cultural se articulam no sentido de uma efectiva rede do património cultural, em que o “todo” não é uma simples “soma das partes”, é, antes de mais, uma forma dinâmica de valorizar o acesso à herança que é de todos.